

Caderno de Encargos

Bens alimentares e de primeira necessidade – Fornecimento contínuo

Ajuste direto nos termos da alínea d) do n.º 1 artigo 20.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

“Aquisição alimentares e de primeira necessidade, em regime de fornecimento contínuo, mediante as necessidades identificadas, em cada momento” (Ajuste Direto, nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação).

Cláusula 1.ª

OBJETO

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual de ajuste direto, tramitado ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos (CCP) e que tem por objeto principal **a aquisição de bens alimentares e de primeira necessidade, em regime de fornecimento contínuo, mediante as necessidades identificadas, em cada momento.**

Cláusula 2.ª

PRAZO DO CONTRATO

O contrato mantém-se em vigor a partir da sua adjudicação, pelo prazo máximo de um ano sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 3.ª

PREÇO CONTRATUAL

1. Pela execução dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o prémio constante da proposta adjudicada.
2. O preço não pode, em qualquer caso, ser superior a 9.106,50€, acrescido de IVA à taxa em vigor, sendo este o preço base, no prazo máximo de vigência.
3. O preço referido no número 2 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, apetentes ou licenças.

CLÁUSULA 4.ª

PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

Para efeitos do presente procedimento, e nos termos do artigo 71.º do CCP, considera-se que o preço total resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando seja 50% inferior ao preço base fixado na cláusula 3.ª, pelo que o mesmo, caso aplicável, deverá ser adequadamente justificado.

CLÁUSULA 5.ª

REPRESENTANTES DAS PARTES

1. Cada uma das partes, obriga-se a nomear um representante responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato, que desempenhe o papel de interlocutor com a parte contrária para todos os fins associados à execução do Contrato.

2. Cada uma das partes obriga-se a informar, por escrito, a outra parte da identidade e dos contactos dos respetivos representantes previstos no número anterior.

CLÁUSULA 6.ª

EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. As situações constituídas entre as partes devem ser exercidas e cumpridas de boa-fé e em conformidade com os ditames do interesse público, nos termos da lei.
2. Sem prejuízo do disposto em matéria de cessão da posição contratual e de subcontratação, incumbe à Entidade Adjudicatária a exata e pontual execução das prestações contratuais, em cumprimento do convencionado, não podendo este transmitir a terceiros as responsabilidades assumidas perante a Entidade Adjudicante.
3. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do Contrato.

A Entidade Adjudicatária deve prestar à Entidade Adjudicante todas as informações que este lhe solicitar e que sejam necessárias à execução do Contrato, devendo esta, por sua vez, satisfazer os pedidos de informação formulados por aquele.

CLÁUSULA 7.ª

INVALIDADE DO CONTRATO

A eventual nulidade, anulabilidade ou ineficácia de qualquer das cláusulas que vierem a constituir o Contrato, não implica por si só a sua invalidade total, devendo as Partes, se tal se verificar, procurar por acordo modificar ou substituir a ou as cláusulas inválidas ou ineficazes por outras, o mais rapidamente possível e por forma a salvaguardar a plena validade e eficácia do Contrato e a realização das suas prestações de acordo com o espírito, finalidades e exigências deste.

CLÁUSULA 8.ª

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do Contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

CLÁUSULA 9.ª

OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DA ENTIDADE ADJUDICATÁRIA

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do Contrato, decorre para a Entidade Adjudicatária, a obrigação de realizar o objeto do Contrato com as características e Especificações previstas no presente Caderno de Encargos e respetivos Anexos.
2. Decorre ainda para a entidade adjudicatária as obrigações de:

- a. Executar o objeto do contrato de forma profissional e competente utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas;
- b. Fornecer os bens alimentares e de primeira necessidade, em regime de fornecimento contínuo, mediante as necessidades identificadas, em cada momento, identificados nas especificações técnicas previstas no Anexo ao presente Caderno de Encargos;
- c. O adjudicatário ficará, ainda, vinculado a privilegiar os regimes públicos de qualidade certificada de produção integrada, de modo de produção biológica, de denominação de origem protegida, de indicação geográfica protegida ou de proteção integrada, no fornecimento dos bens;
- d. Comunicar antecipadamente, com a antecedência mínima de 30 dias, à entidade adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;
- e. Não alterar as condições da aquisição;
- f. Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização da entidade adjudicante;
- g. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- h. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

CLÁUSULA 10.ª

DEVER DE SIGILO

1. O adjudicatário garantirá o sigilo absoluto quanto a todas as informações de que, no âmbito do contrato, os seus colaboradores, independentemente do título a que prestem serviços, venham a ter conhecimento, relativo a todo o tipo de funções, atividades, processos, documentos, regras e procedimentos internos designadamente, os dados relativos a processos e outro expediente, seja qual for a sua natureza, e toda a informação constante das bases de dados ou ficheiros a que tenham que aceder para cumprimento dos serviços a prestar.
2. A entidade adjudicante fornecerá as informações confidenciais ou pessoais que forem estritamente necessárias apenas aos colaboradores do adjudicatário diretamente envolvidos na execução do contrato e devidamente credenciados para o efeito, devendo o adjudicatário garantir que os mesmos terão conhecimento e respeitarão as obrigações decorrentes da confidencialidade das informações.
3. O adjudicatário e os seus colaboradores obrigam-se a respeitar a mais absoluta confidencialidade, neutralidade e descrição relativamente a todos os trabalhadores da entidade adjudicante com quem contactem.
4. Nenhum documento ou dado a que o adjudicatário tenha acesso, direta ou indiretamente, no âmbito do contrato poderá ser reproduzido sem autorização expressa escrita da entidade adjudicante.

5. Exclui-se do dever de sigilo a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

CLÁUSULA 11.ª

Prazo do Dever de Sigilo

1. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao momento da adjudicação do processo, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
2. Cessa a obrigação de sigilo quando haja autorização escrita da outra parte, quando a informação seja exigida por lei ou por competente autoridade pública, e quando se destina a entidades que venham a financiar projetos ligados ao presente procedimento, comprometendo-se cada uma das partes, neste último caso, a impor regras de confidencialidade a essas entidades financiadoras, que assegurem no mínimo, um grau de confidencialidade relativo ao estipulado neste Caderno de Encargos.
3. Cada parte tomará as providências adequadas para evitar que o sigilo referido no n.º 1 do artigo anterior, seja quebrado pelos seus funcionários, consultores ou agentes que, por força das suas funções devam ter conhecimento do Contrato e dos seus factos relacionados com a respetiva execução.

CLÁUSULA 12.ª

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1. O adjudicatário obriga-se a respeitar a regulamentação em vigor aplicável ao tratamento de dados de carácter pessoal e, em particular, o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, aplicável a partir de 25 de maio de 2018, doravante designado RGPD e a Lei n.º 59/2019, de 8 de agosto.
2. O adjudicatário deverá também apresentar garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas, por forma a cumprir o referido no ponto anterior e assegurar a defesa dos direitos dos titulares dos dados, obrigando-se nomeadamente a:
 - a. Tratar os dados pessoais fornecidos pela entidade adjudicante, unicamente para a ou as finalidades que fazem parte do objeto da contratação;
 - b. Tratar os dados pessoais em conformidade com as instruções documentadas do responsável pelo tratamento;
 - c. Informar imediatamente a entidade adjudicante se considerar que alguma instrução constitui uma violação do RGPD ou de qualquer outra disposição do direito da União ou do direito dos Estados Membros relativa à proteção de dados;
 - d. Garantir a confidencialidade dos dados de carácter pessoal tratados no quadro da contratação;
 - e. Garantir que as pessoas autorizadas a tratar os dados de carácter pessoal por força do contrato acelebrar:
 - i. Se obrigam a respeitar a confidencialidade ou que estão submetidas a uma

obrigação legal de confidencialidade que seja apropriada, quer durante a vigência do contrato quer após a sua cessação, bem como quaisquer elementos ou informações que lhe tenham sido confiados ou de que tenham tido conhecimento por força da relação contratual;

f. Tomar em consideração os princípios da proteção de dados desde a conceção e por defeito, no que diz respeito aos equipamentos, ferramentas e produtos, aplicações ou serviços que utiliza;

g. Ajudar o responsável pelo tratamento a cumprir a sua obrigação de responder aos pedidos de exercício dos direitos dos titulares dos dados;

h. Notificar o Município de toda e qualquer violação de dados pessoais num prazo máximo de 24 horas após haver tomado conhecimento da mesma, através de correio eletrónico cifrado para o endereço geral@cm-montemorvelho.pt, devendo constar da mesma toda a documentação útil para permitir, se necessário, a notificação da autoridade de controlo e os titulares envolvidos;

3. O adjudicatário apenas poderá contratar um subcontratante ulterior com a autorização escrita por parte do responsável pelo tratamento, e no caso de tal vir a suceder, deve ser garantido, relativamente a terceiros que envolva na execução do contrato, que respeitam as obrigações de sigilo e confidencialidade, bem como as relativas à proteção jurídica de bases de dados e ao tratamento de dados pessoais, nos termos legalmente previstos na legislação relativa à proteção de dados pessoais, designadamente as constantes do artigo 28.º do RGPD.

4. O princípio da finalidade consagrado no art. 5º do RGPD determina que os dados devem ser recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, não podendo ser tratados posteriormente de uma forma incompatível com essas finalidades.

5. Se no âmbito do contrato vier a ser objeto de tratamento algum dos dados pessoais especiais ou sensíveis, previstos no artigo 9.º, n.º 1 do RGPD, o adjudicatário apenas o poderá fazer se tiver sido obtido o consentimento do respetivo titular ou for aplicável alguma das situações previstas no n.º 2 do mesmo artigo e mediante acrescidas medidas de segurança, como sejam a pseudonimização e cifragem dos dados.

6. Se os titulares dos dados pessoais exercerem junto do adjudicatário os pedidos de exercício dos seus direitos, deve este remeter esses pedidos através de correio eletrónico cifrado para o encarregado de proteção de dados do Município através do email geral@cm-montemorvelho.pt, no prazo máximo de 24 horas após a sua receção.

7. Findo o propósito legal, o adjudicatário deverá proceder à destruição/eliminação de todos os dados pessoais que tiver tratado em nome e por conta do Município, devendo comprovar junto deste a destruição/eliminação.

8. Compete à entidade adjudicante, como responsável pelo tratamento, fornecer aos titulares dos dados a informação a que respeita os artigos 12.º, 13.º e 14.º do RGPD.

9. Durante a execução do contrato, o adjudicatário deverá manter um registo das atividades de tratamento dos dados pessoais, nos termos do artigo 30.º do RGPD.

10. As obrigações previstas na presente cláusula são aplicáveis no caso de cessão da posição contratual.

11. O adjudicante será responsável, civil e penalmente, pelo incumprimento de qualquer uma das suas obrigações em matéria de proteção de dados pessoais, a qual poderá dar lugar a indemnização por danos patrimoniais e não patrimoniais quer relativamente ao titular dos dados quer relativamente ao responsável pelo tratamento.

CLÁUSULA 13.ª

DEVER GERAL DE INFORMAÇÃO

Sem prejuízo de outros deveres de informação, a Entidade Adjudicatária será obrigada a informar a Entidade Adjudicante, de:

- a) Todo e qualquer evento previsível que possa vir a prejudicar ou impedir o cumprimento pontual e atempado de qualquer das suas obrigações, ou que possa constituir no direito de resolver o Contrato;
- b) Toda e qualquer situação previsível que possa alterar, de modo relevante, o exercício das atividades contratadas.

CLÁUSULA 14.ª

CONDIÇÕES DE FATURAÇÃO E PAGAMENTO

1. As quantias devidas pelo Município de Montemor-o-Velho devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do n.º 2 do artigo 299.º do CCP, após a receção pelo Município de Montemor-o-Velho das respetivas faturas discriminadas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Em caso de discordância, por parte do Município, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. A fatura deverá ser emitida em nome do Município de Montemor-o-Velho NIF: 501272976, sito na Praça da República, 3140-258 Montemor-o-Velho, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar o n.º da encomenda e o respetivo número sequencial de compromisso.
4. Nos termos do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, os contraentes públicos são obrigados, a partir de 18 de abril de 2019, a receber e a processar faturas eletrónicas no modelo estabelecido pela norma europeia respetiva aprovada pela Comissão Europeia e publicitada no portal dos contratos públicos, a que se refere o n.º 3 do artigo 299º-B do CCP.
5. Nos termos do artigo 9.º do mesmo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, os cocontratantes podem, até 31 de dezembro de 2020, utilizar mecanismos de faturação diferentes nos previstos no referido artigo 299.º-B do CCP, prazo esse alargado até 31 de dezembro de 2023, definido por despacho nº B/2022.XXIII do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais de 13/12/2022.
6. Caso o adjudicatário não tenha aderido à faturação eletrónica, nos termos e prazos definidos no número anterior, as faturas devem ser enviadas digitalmente, para o seguinte endereço de correio eletrónico: geral@cm-montemorvelho.pt.
7. Excecionalmente, caso não seja possível a utilização do correio eletrónico, as faturas poderão ser enviadas para o seguinte endereço postal: Praça da República, 3140-258 Montemor-o-Velho.
8. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores poderão, ao longo da execução do contrato, ser indicados outros contactos para o envio das referidas faturas.
9. Para a implementação da obrigatoriedade legal de receção e processamento de faturação eletrónica, o Município escolheu como parceiro a entidade SAPHETY LEVEL – TRUSTED SERVICES, SA.
10. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária, para o IBAN identificado pelo adjudicatário.

CLÁUSULA 15.ª

INCUMPRIMENTO DO CONTRATO

1. No caso de a Entidade Adjudicatária não cumprir de forma exata e pontual as obrigações contratuais ou parte delas por facto que lhe seja imputável, deve a Entidade Adjudicante notificá-la para cumprir dentro de um prazo 10 (dez) dias, salvo quando o cumprimento se tenha tornado impossível ou a Entidade Adjudicante tenha perdido o interesse na prestação.
2. Mantendo-se a situação de incumprimento após o decurso do prazo referido no número anterior, a Entidade Adjudicante pode optar pela efetivação do objeto de natureza fungível em falta, diretamente ou por intermédio de terceiro, aplicar sanções contratuais ou resolver o Contrato com os fundamentos previstos no presente Caderno de Encargos ou no CCP.

CLÁUSULA 16.ª

EXTINÇÃO DO CONTRATO

1. São causas de extinção do Contrato, nos termos e casos previstos no CCP:
 - a. O incumprimento, a impossibilidade definitiva e todas as demais causas de extinção das obrigações reconhecidas pela lei civil;
 - b. A revogação por acordo entre as partes;
 - c. A resolução por iniciativa da Entidade Adjudicatária, bem como da Entidade Adjudicante, designadamente a título sancionatório ou por razões de interesse público.

CLÁUSULA 17.ª

RESPONSABILIDADES DAS PARTES

1. Cada uma das partes, deve cumprir pontualmente as obrigações emergentes do Contrato e responde perante a outra por quaisquer danos que resultem do incumprimento ou do cumprimento defeituoso dessas obrigações, nos termos deste Caderno de Encargos e da lei, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte.
2. A Entidade Adjudicatária e Entidade Adjudicante, responsabilizam-se respetivamente, por todos os danos causados que resultem da ação ou omissão dos seus profissionais ou representantes.

CLÁUSULA 18.ª

PENALIDADES CONTRATUAIS

1. Pelo incumprimento das datas e prazos da prestação de serviços objeto do contrato, o Município de Montemor-o-Velho, pode exigir do fornecedor o pagamento, a título de pena pecuniária, uma multa diária, no montante de 1% do valor da prestação por cada dia de atraso.
2. Pelo incumprimento das restantes obrigações emergentes do contrato, de acordo com as Especificações Técnicas que dele fazem parte integrante, o Município de Montemor-o-Velho pode, ainda, exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, a fixar de acordo com a gravidade do incumprimento.
3. As penas pecuniárias previstas nos números anteriores podem ser deduzidas aos pagamentos a efetuar ao fornecedor e não podem, em conjunto, exceder 20 % do preço contratual, nos termos previstos no artigo 329.º do CCP.
4. Poderá, ainda, haver lugar à resolução do contrato nos termos da cláusula seguinte do presente Caderno de Encargos e nos termos gerais previstos nos artigos 333.º a 335.º do CCP, sem prejuízo do

Município de Montemor-o-Velho poder vir acionar o direito de indemnização nos termos gerais sobre o dano excedente ou decorrente da adoção de novo procedimento de formação de contrato, bem como executar eventuais garantias prestadas.

5. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Montemor-o-Velho tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento, nomeadamente em termos de prejuízo para o interesse público.

6. O Município de Montemor-o-Velho pode, ainda, recorrer a uma pena pecuniária no valor de 30%, nos casos previstos no n.º 3 do artigo 329.º do CCP.

CLÁUSULA 19.ª

RESOLUÇÃO POR PARTE DA ENTIDADE ADJUDICANTE

1. A entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, previstas no presente Caderno de Encargos ou Contrato ou outros casos previstos na lei, quando a normal prestação de serviços se encontre gravemente prejudicada e seja reiterada a deficiência ou má qualidade dos serviços prestados.

2. O Município de Montemor-o-Velho pode, ainda, resolver o contrato, a título sancionatório, em qualquer um dos casos previstos do artigo 333.º do CCP:

- a. Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao fornecedor;
- b. Incumprimento, por parte do fornecedor, de ordens, diretivas ou instruções, transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
- c. Oposição reiterada do fornecedor ao exercício dos poderes de fiscalização da entidade adjudicante;
- d. Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato;
- e. Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
- f. Incumprimento pelo fornecedor de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.
- g. Quando o adjudicatário se dissolva, extinga por qualquer meio, ou seja, declarado insolvente.

3. O contrato pode, ainda, ser resolvido nos termos dos artigos 334.º e 335.º do CCP.

4. A resolução do Contrato exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e, no caso da resolução sancionatória, não determina a repetição das prestações já realizadas, produzindo efeitos a partir da data fixada na respetiva notificação.

5. A cessação dos efeitos do Contrato não prejudica o exercício de responsabilidade civil ou criminal por atos ocorridos durante a execução do Contrato.

CLÁUSULA 20.ª

RESOLUÇÃO POR PARTE DA ENTIDADE ADJUDICATÁRIA

1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pela entidade adjudicante especialmente previstas no presente Caderno de Encargos ou contrato e independentemente do direito de indemnização, o fornecedor tem o direito de resolver o contrato nas situações previstas no artigo 332.º do CCP.

2. A resolução do contrato nos termos do número anterior não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

CLÁUSULA 21.ª

CASOS DE FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havido como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.

2. Consideram-se casos de força maior, para efeitos do contrato, os eventos imprevisíveis e inevitáveis, exteriores às partes e independentes da sua vontade ou atuação, ainda que indiretos, e que não correspondam a riscos normais do contrato, que comprovadamente impeçam o pontual cumprimento das obrigações contratuais, afetando negativamente a execução de atividades compreendidas no Contrato, cujos efeitos não fosse às partes razoavelmente exigível contornar ou evitar.

3. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

4. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

5 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte, devendo ser, caso seja aplicável, pela parte que a invoca, informado o prazo previsível para restabelecer a situação, sem prejuízo das situações de conhecimento público e da respetiva legislação que se lhe for aplicável.

6 - A força maior determina a suspensão do contrato pelo período que for necessário à regularização da respetiva situação, não sendo devida qualquer indemnização, podendo, ainda, caso seja necessário, recorrer-se à sua prorrogação, nos casos em que a mesma seja possível, à modificação do contrato ou à sua resolução, nos termos da alínea c) do artigo 330.º do CCP, caso a impossibilidade de cumprimento do contrato se torne definitiva ou se torne excessivamente onerosa para as partes.

CLÁUSULA 22.ª

FORO COMPETENTE

1. Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.
2. A submissão de qualquer questão ao Tribunal, não isenta a Entidade Adjudicatária do pontual cumprimento do Contrato e das determinações da Entidade Adjudicante, nem permite qualquer suspensão, interrupção e/ou cessação do desenvolvimento das atividades integradas no Contrato, as quais deverão continuar a processar-se nos termos em vigor à data de submissão da questão, até que uma decisão final seja obtida relativamente à matéria em causa.

CLÁUSULA 23.ª

LEGISLAÇÃO

Em tudo o que não esteja previsto no presente Caderno de Encargos aplica-se o regime previsto no CCP e demais legislação aplicável.

Montemor-o-Velho, 29 de novembro de 2024.

O Presidente da Câmara Municipal,

Emílio Augusto Ferreira Torrão

ANEXO A
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Com o objetivo de uniformizar e assegurar condições similares a todos os concorrentes, são definidas as principais Cláusulas Técnicas, que são requisitos imperativos na presente prestação de serviços na área do fornecimento de bens alimentares, de acordo com a cláusula 1.ª - Objeto do presente Caderno de Encargos, de modo sequencial.
2. Aquisição de bens alimentares e de primeira necessidade, em regime de fornecimento contínuo, mediante as necessidades identificadas, em cada momento, pelo período de um ano, nomeadamente:

Produtos	Quantidade
Azeite	1 L
Óleo	2 L
Arroz	1 Kg
Açúcar Kg	2 Kg
Farinha Kg	3 Kg
Frasco/lata de grão	420/540 gr
Frasco/lata de feijão	540 gr
Leite	1 L
Leite em lata	800 gr
Cereais (pequeno-almoço)	375 gr
Lata de fruta em calda	565 gr
Lata de atum	120 gr
Lata de salsichas	1 lata de 8 unidades
Massas	500 gr
Queijo de Barra	250 gr
Manteiga	251 gr
Marmelada	450 gr
Iogurtes sólidos	4x160 gr
Iogurtes líquidos	4x160 gr
Ervilhas	400 gr
Favas	400 gr
Peixe congelado - carapau pequeno	1 Kg
Peixe congelado - pescada	1 Kg
Peixe congelado - sardinha	1 Kg
Barrinhas de pescada	450 gr
Rissóis	300 gr
Croquetes	300 gr
Frango	1,5 Kg
Febras	1 Kg
Costeletas de porco	1 Kg

Ovos	1 dúzia
Sal	1 Kg
Bacalhau corrente	1 Kg
Cebolas	1 Kg
Alhos	250 gr
Café Normal Moagem Fina/Grossa	250 gr
Pão do dia	6 pães
Pão de forma	500 gr
Couve	1 Kg
Cenouras	1 Kg
Batatas	1 Kg
Bananas	1 Kg
Maçãs	1 Kg
Pêras	1 Kg
Guardanapos	100 - folha simples
Gel de banho	750 ml
Shampoo	400 ml
Pasta dentífrica	0,75 ml
Papel higiénico	12 rolos
Desodorizante	1 unidade
Pensos higiénicos	1 embalagem
Fraldas bebé	1 embalagem
Fraldas incontinência	1 embalagem
Detergente máquina roupa	embalagem 30 doses
Detergente loiça	1 L
Detergente para chão	2 L

3. O local de entrega: os bens alimentares e de primeira necessidade serão entregues à Entidade Adjudicante, mediante as necessidades identificadas, nas instalações da Entidade Adjudicatária, no Concelho de Montemor-o-Velho.
4. O preço contratual base para a aquisição de bens alimentares e de primeira necessidade, em regime de fornecimento contínuo, mediante as necessidades identificadas pelo Município, em cada momento, contém todos os custos, encargos e despesas de transporte ou outros, cuja responsabilidade não seja atribuída ao Município de Montemor-o-Velho, sendo o preço contratual máximo de 9.106,50€, acrescido IVA à taxa em vigor.